



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR  
Hospital São João Batista  
Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ  
CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300  
e-mail: gabinete@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



## RESPOSTA A RECURSO ADMINISTRATIVO

**Processo:** 02.052-00002238/2024

**Pregão:** 90114/2024

**Objeto:** O objeto da presente licitação é aquisição de cadeira giratória operacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### I – DOS FATOS:

Conforme sessão realizada dia 16 de Dezembro de 2024 às 09:00 junto a Plataforma ComprasNet, Portal de Compras do Governo Federal conduzida por esta Pregoeira em conformidade com a lei nº **14.133**, de 1º de abril de 2021 visando realizar certame com o objetivo de contratar empresa especializada para aquisição de cadeira giratória operacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos para atender as necessidades do HSJB/SAH, abriu a sessão pública conforme as disposições contidas no edital iniciando pela etapa de lances dos interessados.

Em seguida, a proposta do licitante classificados em primeiro lugar foi encaminhada a Assessoria Técnica/SAH para parecer técnico.  
Foi aberto a 2ª sessão em 26/12/2024 – 09:00 para informar aos licitantes o parecer técnico enviado pelo Setor solicitante.

### II – DAS INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS:

Aberto prazo para registro da intenção de recurso, foi apresentado recurso manejado pela empresa: **I. R. M. MATHIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS – ME, CNPJ: 19.314.449/0001-52**, contra a habilitação da proponente: **KADOSHI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**, em razão da não apresentação dos documentos exigidos no edital nomeadamente os Laudo Referente à NR17, e laudos ou ensaios técnicos referentes às normas ASTM D 2794, NBR 9209/86 e o Certificado referente a norma NBR ISO 14001.

O edital é a lei entre os licitantes e a Administração Pública na Nova Lei de Licitações:

O edital é o documento que estabelece as regras do certame licitatório, como as condições de realização, o objeto, as garantias e os deveres das partes.

O edital deve ser cumprido por todos os envolvidos, incluindo a Administração Pública e os candidatos.

O edital deve estar de acordo com a legislação vigente.

O edital deve conter informações sobre o objeto da licitação, as regras de convocação, julgamento, habilitação, recursos, penalidades, fiscalização, gestão do contrato, entrega do objeto e condições de pagamento.

A elaboração do edital é feita pela equipe administrativa do órgão, pela equipe de planejamento da contratação ou por um servidor designado.



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



### **III – DAS CONTRA RAZÕES**

A empresa vencedora KADOSHI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 14.193.613/0001-05 apresentou tempestivamente sua contrarrazão alegando em síntese:

Que o princípio do formalismo moderado é um pilar fundamental no Direito Administrativo brasileiro, especialmente no contexto das licitações públicas. Este princípio preconiza que as exigências formais em processos licitatórios devem ser interpretadas com razoabilidade, evitando-se o excesso de formalismo que possa comprometer a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Neste contexto, é fundamental que as exigências do edital sejam interpretadas de forma razoável e proporcional, buscando-se a essência do cumprimento dos requisitos em detrimento de formalismos excessivos que possam prejudicar a competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Portanto, a exigência de laudos referentes às normas ASTM D 2794 e NBR 9209/86 mostra-se excessiva e potencialmente restritiva à competitividade do certame. A análise da qualificação técnica deve se concentrar na capacidade efetiva do licitante em fornecer o produto com a qualidade necessária, considerando o objeto específico da licitação e as normas técnicas aplicáveis ao contexto nacional.

A exigência de certificação NBR ISO 14001 pode ser considerada desproporcional e desnecessária para o objeto licitado, pelos seguintes motivos: A certificação ISO 14001 não impacta diretamente na qualidade ou funcionalidade das cadeias administrativas, objeto do edital.

Quanto à alegada divergência no laudo ergonômico, onde consta apenas a marca KADOSHI e não a fabricante RHODES, argumentamos que trata-se de um mero erro formal, porém, não prejudicial. Visto que de fato o fabricante trata-se da empresa RHODES, oportunidade esta em que não comprometerá a identificação do produto nem induza a erro, este não deve ser motivo para desclassificação.

### **IV - DA ANÁLISE**

Por questões lógicas e temporais, esta pregoeira primeiro esclarecerá que todos os atos administrativos, até então, foram balizados em observância aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, e que qualquer recriminação contrária a isso trata-se de uma afronta à idoneidade dessa Administração.



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



Válido lembrar que o edital traça as regras que permeiam e obrigam igualmente todos os licitantes não podendo a Administração Pública tratar distintamente um ou outro.

#### **V – DA CONCLUSÃO:**

O edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público.

Diante dos fatos colocados pela empresa **I. R. M. MATHIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS – ME**, CNPJ: 19.314.449/0001-52, e por ser um recurso fundamentado em exigências contidas no edital e que não foram cumpridas pela vencedora: KADOSHI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 14.193.613/0001-05, por ser oportuno e no mérito, decido por aceitar o recurso e ainda por encaminhar para que façam parte do referido processo a peça recursal, e a íntegra dessa decisão da qual a parte dispositiva colaciono no PORTALVR ([www.portalvr.com](http://www.portalvr.com))

Volta Redonda, 09 de Janeiro de 2025

Sandra Pinto Barra  
Pregoeira  
HSJB/SAH